

Cuidar em tempos de envelhecimento e (neo)familismo: janela brasileira para uma Política Nacional de Cuidados – dialogando com Líbia Mafra Miranda

Caring in times of aging and (neo)familism: a Brazilian window into a National Care Policy – in dialogue with Líbia Mafra Miranda

Rogério do Nascimento Silva* 

RESUMO

Há livros que chegam no exato momento em que uma sociedade precisa escolher de que lado da história pretende ficar, isto é, no contexto mundial e brasileiro filiar-se a um projeto societário que privilegie a manutenção das estruturas de capital e a eficiência de mercado, ou a um modelo que priorize a redistribuição, a inclusão social e a sustentabilidade. Deste modo o livro “Envelhecimento e políticas de cuidados no Brasil e na Espanha”, de Líbia Mafra Benvindo de Miranda, é um deles. Em meio ao avanço do envelhecimento populacional e à reentrada do cuidado na agenda governamental brasileira, a obra nos convida a encarar o cuidado não como virtude privada, mas como trabalho socialmente necessário e, portanto, como dever público, deslocando o debate das boas intenções e do trabalho naturalizado historicamente e socialmente feminino para o terreno mais áspero do financiamento, da regulação e das responsabilidades do Estado.

Palavras-chave: Envelhecimento; Políticas de Cuidado; Familismo; Estado.

ABSTRACT

There are books that arrive at the exact moment when a society needs to choose which side of history it wants to be on; that is, in the global and Brazilian context, whether to align itself with a societal project that prioritizes the maintenance of capital structures and market efficiency, or with a model that prioritizes redistribution, social inclusion, and sustainability. Thus, the book “Aging and Care Policies in Brazil and Spain,” by Líbia Mafra Benvindo de Miranda, is one of them. Amidst the advance of population aging and the re-entry of care onto the Brazilian governmental agenda, the work invites us to view care not as a private virtue, but as socially necessary work and, therefore, as a public duty, shifting the debate from good intentions and historically and socially naturalized feminine work to the more challenging terrain of financing, regulation, and state responsibilities.

Keywords: Aging; Care Policies; Familism; State.

RESENHA

<https://doi.org/10.12957/rep.2026.99187>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: rogernasil@gmail.com

Como citar: SILVA, R. N. Cuidar em tempos de envelhecimento e (neo) familismo: janela brasileira para uma Política Nacional de Cuidados - dialogando com Líbia Mafra Miranda. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v.24, n.62, pp.226-229, maio/ ago., 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2026.99187>

Recebido em 23 de fevereiro de 2026.

Aprovado para publicação em 10 de março de 2026.

Responsável pela aprovação final: Maria Helena Bernardo e Alzira Lobato.



© 2026 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A autora, que é assistente social por formação, tendo atuado no âmbito hospitalar e universitário, tem como filiação teórico-metodológica o materialismo histórico-dialético, o qual vem se afirmando dentro do debate sobre o trabalho do cuidado, e que aqui dialoga com a gerontologia social crítica. E com isso recusa homogeneizações demográficas, lembrando que “envelhecer” tem classe, raça/etnia e gênero. Não é um processo biológico neutro, mas uma experiência historicamente produzida. Essa chave de leitura permite recolocar o trabalho do cuidado, tradicionalmente feminizado e racializado, no centro do debate sobre reprodução social e do conflito distributivo.

Do ponto de vista da construção metodológica, o livro avança em quatro movimentos entrelaçados. Primeiro, historiciza o próprio objeto (envelhecimento e velhices) para desmontar a naturalização da dependência e do idadismo. Depois, discute o cuidado enquanto trabalho, com repercussões no campo político e acadêmico, a partir da divisão sexual e racial do trabalho que empurra o cuidado para os ombros das mulheres — sobretudo as negras e pobres — com pouca ou nenhuma contrapartida pública. Em seguida, situa os arranjos de proteção social contemporâneos, marcados pela expansão do pluralismo de bem-estar e do (neo)familismo. Por fim, coloca Brasil e Espanha frente a frente ao analisar a Lei de Promoção da Autonomia Pessoal e Atenção às Pessoas em Situação de Dependência e o Sistema para a Autonomia e Atenção a Dependência (LAPAD/SAAD) como marco espanhol e, do lado brasileiro, a dispersão entre Sistema Único de Saúde (SUS), em especial o Programa Melhor em Casa e Sistema Único da Assistência Social (SUAS), sem uma política nacional integrada de cuidados.

É precisamente aqui que se abre a nossa janela. O Brasil convive com uma combinação perversa: demanda crescente por cuidado de longa duração, concentração do trabalho de cuidado no âmbito doméstico e uma oferta pública fragmentada, intermitente e pouco integrada. No SUS, a atenção domiciliar, embora estratégica, permanece de cobertura limitada e adesão voluntária pelos municípios; no SUAS, os serviços no domicílio são pontuais e frequentemente focalizados. O resultado, como lembra o livro, é a reedição do velho familismo: o Estado gestiona o risco, enquanto as famílias e dentro delas, as mulheres absorvem o custo.

O contraste com a Espanha ilumina caminhos possíveis e armadilhas. A LAPAD institui um direito subjetivo à atenção à dependência e organiza um catálogo de serviços (teleassistência, ajuda domiciliar, centros-dia, institucionalização) ao lado de benefícios econômicos. A lição positiva é óbvia: reconhecer o cuidado como direito, o que gera obrigações de oferta, planejamento e financiamento. A advertência, contudo, é igualmente nítida: quando a execução privilegia o “dinheiro na família” em detrimento da expansão dos serviços públicos e comunitários, corre-se o risco de reprivatizar o cuidado sob a retórica da “livre escolha” e de perpetuar assimetrias de gênero, raça e classe.

Líbia Mafra não romantiza nenhum dos lados. Seu argumento é tão incômodo quanto necessário: sem desfamiliarização progressiva, isto é, sem a decisão política de transferir para o espaço público uma parte substantiva do trabalho de cuidado, o ciclo da sobrecarga doméstica se reproduz, ainda que acompanhado por leis “generosas”. Desfamiliarizar, aqui, não significa negar o lugar da família, mas quebrar o automatismo histórico que a converte em provedora em primeiro e último recurso de cuidados e avançar na predominância de serviços, na profissionalização da força de trabalho e no apoio continuado às pessoas cuidadoras.

Esse é um ponto em que a comparação realmente ajuda a calibrar escolhas brasileiras. A ideia de inaugurar uma Política Nacional de Cuidados a partir de benefícios monetários, como via rápida de resposta, precisa ser avaliada à luz da experiência espanhola: benefícios não constroem rede, nem criam carreira, nem garantem intensidades horárias de atendimento. Benefícios podem ser parte do arranjo, mas a bússola deve apontar para serviços públicos de base territorial, com equipes intersetoriais e porta de entrada pactuada entre a Atenção Primária em Saúde e a Proteção Social Básica.

Outro mérito do livro está em politizar o vocabulário da gestão. O que as últimas décadas chamaram de “gestão do risco social”, a retórica da focalização e da responsabilização individual, aparece aqui como aquilo que é uma tecnologia de contenção de gastos que desloca o conflito para as cozinhas, quartos e corredores das casas. É também por isso que o livro conversa com a atualidade brasileira; falar em política de cuidados sem discutir fonte de custeio, remuneração/profissionalização de cuidadoras, padrões mínimos de integração SUS–SUAS é edificar um prédio sem alicerces.

No plano da forma, a obra resulta de um trabalho de decantação de uma tese mais extensa. O livro é mais legível e direto; a tese conserva discussões metodológicas e quadros estatísticos que aprofundam a crítica do universalismo (com recortes de violência, pobreza, perfil das cuidadoras e acesso desigual pelo critério raça/cor). A parceria entre as duas publicações é feliz, pois quem formula encontra no livro um mapa institucional claro e quem pesquisa pode recorrer à tese para minerar dados e categorias analíticas.

O diálogo com a autora pode ir além do consenso. Se tudo é relação social, cabe perguntar: como medir, na escala do orçamento e do tempo, o custo oculto do cuidado informal no Brasil? Se o cuidado é trabalho, que desenho de carreira é compatível com a capilaridade do território e com a dignidade de quem cuida? E, sobretudo, qual é a combinação virtuosa entre benefícios e serviços que evitaria o risco do familismo assistido pelo Estado? A mim parece que o livro não promete respostas fechadas, mas oferece, antes de tudo, critérios de julgamento público.

Propostas decorrentes parecem, então, menos um programa fechado e mais um horizonte normativo ao nos elencar alguns pontos: (a) desfamiliarização progressiva com

preferência por serviços domiciliares e comunitários, e não apenas por benefícios; (b) integração viva entre SUS e SUAS, com fluxos pactuados e planejamento territorial; (c) profissionalização do cuidado com formação, piso, carreira, saúde da pessoa cuidadora; (d) financiamento estável, com metas de cobertura e de intensidade por grau de dependência; e (e) produção de dados desagregados que dêem visibilidade aos critérios de raça/cor, gênero e território na oferta e no acesso.

Em síntese, o livro de Líbia Mafra Benvindo de Miranda é menos um manual e mais uma convocação. Ele nos força a nomear o custo social da omissão e a escolher entre dois caminhos: universalizar serviços, com Estado forte e trabalho decente, ou terceirizar responsabilidades às famílias, sobretudo às mulheres, sob a confortável linguagem da gestão e do (neo)familismo. Se uma Política Nacional de Cuidados no Brasil está, de fato, no horizonte, a leitura deste livro ajuda a evitar atalhos e a sustentar escolhas que, em vez de reorganizar a desigualdade, inaugurem outra gramática para o envelhecimento.

Contribuições dos/as autores/as: não se aplica

Agradecimentos: não se aplica.

Agência financiadora: não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: não se aplica.

Conflito de interesses: não se aplica.

Referências

Miranda, L. M. B. de. *Envelhecimento e políticas de cuidados no Brasil e na Espanha: uma análise comparativa dos serviços de cuidados em domicílios para pessoas idosas dependentes*. Teresina: EDUFPI, 2024 (e-book).